

1 **ATA DA 125ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DAS CIDADES DE**  
2 **MS/CEC-MS, REALIZADA NO DIA 26 DE SETEMBRO DE 2019, NO AUDITÓRIO DA**  
3 **MS GÁS.**

4 Aos vinte e seis dias do mês de setembro de 2019, reuniram-se no Auditório da MS Gás,  
5 em Campo Grande/MS, os Membros do Conselho Estadual das Cidades de Mato Grosso  
6 do Sul - CEC/MS: **Maria do Carmo Avesani Lopez** – Diretora Presidente da Agência  
7 de Habitação Popular de MS/AGEHAB-MS; **Inês Pereira Esteves** – Departamento  
8 Estadual de Trânsito/DETRAN-MS; **Antônio Claudio Lanza de Almeida** – Empresa de  
9 Saneamento do Estado do Mato Grosso do Sul/SANESUL; **Pedro Paulo Gasparini** –  
10 Defensoria Pública Estadual/DEP-MS; **Paulo Cesar Neves de Matos** – Caixa  
11 Econômica Federal/CEF; **Aroldo Abussafi Figueiró** – Conselho Regional de  
12 Engenharia e Agronomia/CREA-MS; **Vera Cristina Galvão Bacchi** – Prefeitura  
13 Municipal de Campo Grande; **Valdo Pereira de Souza, Edson Ageo Maidana Nunes e**  
14 **Auro da Silva** - Federação das Associações de Moradores do Estado do Mato Grosso  
15 do Sul/FAMEMS; **Edymar Fernandes Cintra** – Sociedade de Apoio a Luta pela Moradia  
16 – SAM/MNLM; **Elizeu Pacheco** – Federação dos Trabalhadores nas Indústrias da  
17 Construção e do Mobiliário do Estado de MS/FETRICOM-MS; **Kelly Cristina Hokana** –  
18 Sindicato dos Arquitetos e Urbanistas de Mato Grosso do Sul/SINDARQ-MS; **Claudio**  
19 **Hideaki Kitaguti** – Sindicato das Empresas de Compra, Venda, Locação e  
20 Administração de Imóveis e dos Edifícios em Condomínios Residenciais e Comerciais  
21 do Estado de MS/SECOVI-MS; **Dirceu de Oliveira Peters** – Instituto de Arquitetos do  
22 Brasil/IAB-MS; Jorge de Souza Pinto – Universidade Federal de Mato Grosso do  
23 Sul/UFMS; **Silvia Bontempo** – Ordem dos Advogados do Brasil Seção Mato Grosso do  
24 Sul/OAB-MS; **Tânia Maria de Souza Marques e César Magalhães** - Secretaria  
25 Executiva do CEC. Como convidado: **Arquiteto Gabriel de Lima Gonçalves** - Diretor  
26 de Habitação e Programas Urbanos da EMHA. A 125ª Reunião Ordinária do Conselho  
27 Estadual das Cidades/CEC teve como pauta: **Abertura; Informes; Aprovação da Ata**  
28 **124ª Reunião Ordinária do CEC; Habitação Social na Área Central/Hotel Campo**  
29 **Grande; Definição de Pauta para próxima Reunião; Encerramento.** A **Senhora Maria**  
30 **do Carmo** cumprimentou a todos, fez a abertura da Reunião e passou para os **Informes:**  
31 Demonstrou aos presentes, o Prêmio Selo de Mérito que a AGEHAB-MS recebeu da  
32 ABC pelo **Projeto “Substituição de Moradia Precária”**. Parabenizou os Conselheiros  
33 do FEHIS, pois, esse projeto está sendo realizado com os recursos do FEHIS. Perguntou  
34 aos Conselheiros se tinham informes e não houve manifestação. Em seguida passou  
35 para a **Aprovação da Ata 124ª Reunião Ordinária do CEC:** A Ata foi encaminhada para

36 análise e revisão a todos os Conselheiros, via e-mail. Não houve nenhuma correção,  
37 contestação ou sugestão. **Os Conselheiros que assinaram a lista de presença,**  
38 **aprovaram a referida Ata.** Dando Continuidade, passou para a pauta **Habitação Social**  
39 **na Área Central/Hotel Campo Grande. Apresentou o Arquiteto Gabriel de Lima**  
40 **Gonçalves**, Diretor de Habitação e Programas Urbanos da EMHA, que irá expor o  
41 projeto de revitalização do Hotel Campo Grande para fins habitacionais. O **Senhor**  
42 **Gabriel** cumprimentou a todos, desculpou-se pela ausência do Senhor Eneas, pois o  
43 mesmo necessitou atender uma demanda de última hora com o Ministério Público.  
44 Explicou que estão levando esse projeto à toda a sociedade de Campo Grande, que  
45 desde o início da gestão, a EMHA vem discutindo esse projeto com a PLANURB. Foram  
46 em algumas universidades, apresentaram o escopo no CMDU e, que agora irão  
47 apresentar o estudo mais aprofundado para montar a relatoria. Que a pedido do Senhor  
48 Prefeito Municipal, o projeto não será incluso no sistema do Ministério do Planejamento  
49 e Desenvolvimento Regional enquanto não se esgotarem todas as discussões com a  
50 sociedade. Esclarece que esse projeto tem a intenção de solucionar parte do vazio  
51 urbano, destinando um prédio ocioso em habitação de interesse social. Explanou ainda  
52 que foi muito discutido o adensamento da região central de Campo Grande. Que após  
53 uma longa pesquisa e discussão, o Poder Municipal concluiu que há necessidade de  
54 levar essa solução para a área central, onde constataram que 37% da região central é  
55 de vazio urbano e que vários prédios estão ociosos. Que posteriormente, houve uma  
56 intervenção do BID no valor de 54 milhões de dolares que podia ser investido nesse  
57 vazio urbano da área central de Campo Grande, e, as pessoas de baixa renda poderiam  
58 ter acesso a essa estrutura. Explicou que quando houve a revisão do Plano Diretor, foram  
59 identificadas as ZEIS (Zona Especial de Interesse Social) com mapeamento das áreas.  
60 E no centro da cidade, foram estudadas as edificações e suas potencialidades, onde  
61 essas edificações se enquadram no Programa “Pro-Moradia”. Esse programa possibilita  
62 utilizar recursos para desapropriação e para a revitalização de prédios ociosos em região  
63 central. Dentre os estudos, ficou constatado que o prédio do hotel Campo Grande tem  
64 uma estrutura periférica, tem uma planta livre, e, as instalações poderão ser modificadas  
65 facilmente. Outro prédio interessante estudado, foi o Delta Parque, localizado em frente  
66 ao mercadão. Porém, para o recurso oferecido no Programa, que é algo robusto, o  
67 prédio do hotel Campo Grande foi o mais indicado. Relatou que esse projeto está em  
68 tramitação desde o mês de abril/2019, que já foi apresentado para o Secretário Nacional  
69 de Habitação, que ficou muito interessado no projeto, bem como, para sua equipe  
70 técnica, que debateu bastante, pretendendo transformar essa obra em referência para

71 esse tipo de intervenção. Informou que o próprio Ministério já vinha trabalhando sobre a  
72 locação social e, nesse tipo de intervenção nos centros ociosos. Posteriormente, foi  
73 apresentado para o Ministro de Desenvolvimento Regional, que também aprovou a  
74 proposta e liberou o recurso. Como essa tramitação foi muito rápido, não houve tempo  
75 hábil para realizar esse debate mais aprofundado sobre habitação no centro, mobilidade  
76 urbana, otimização dos espaços ociosos e otimização da infraestrutura com a sociedade.  
77 Houve diversos tipos de questionamentos, como: qual custo da intervenção, como  
78 funcionaria, qual seria o perfil do público a ser atendido, etc. Declarou que além da  
79 intervenção do hotel Campo Grande, a Prefeitura Municipal, também está com uma  
80 intervenção na área central, em frente ao Horto Florestal, denominada “Campo Grande  
81 da Melhor Idade”, porém, com recursos próprios, e que faz parte dessa pretensão de  
82 ocupar o centro novamente. Dando Continuidade o **Senhor Gabriel** observou que há  
83 uma equipe técnica juntamente com o observatório da UFMS trabalhando para essa  
84 política municipal de habitação. Que estão cumprindo o Plano Diretor, onde as diretrizes  
85 são para que nos orientem a ter uma cidade compacta, sustentável, de igualdade,  
86 independente e articulada, inteligente, moderna e segura. Vale lembrar que o Plano  
87 Diretor cumpre o **Art. 182 e 183 da Constituição Brasileira** que institui a Função Social  
88 da Propriedade e, o Estatuto das Cidades. Frisou que temos um sistema muito  
89 periférico, onde os novos empreendimentos estão localizados em locais distantes do  
90 centro. Fez uma comparação entre o custo de unidade da reforma do hotel Campo  
91 Grande e o custo de unidade do conjunto habitacional Laranjeiras. No Conjunto  
92 habitacional há a necessidade de infraestrutura para se tornar um local habitável e  
93 confortável para a população. No Hotel Campo Grande, já tem toda infraestrutura  
94 necessária. Relatou que o valor estimado para a desapropriação do hotel Campo Grande  
95 ficaria em 13 milhões, e a reforma em 25 milhões. O hotel poderá ser transformado em  
96 117 moradias, sem considerar o terreno, mesanino e sobreloja, onde foi sugerido instalar  
97 a guarda municipal, porém, já foi resolvido que a guarda municipal irá para o prédio da  
98 antiga estação rodoviária. Em consulta à população, foi proposto a instalação de espaço  
99 cultural no terreno. Declarou que como é intenção de adensar o centro da cidade, otimizar  
100 a infraestrutura e dar vitalidade, esse espaço cultural poderá fomentar o comércio para  
101 ter circulação na região. Dando continuidade, o **Senhor Gabriel** ressaltou que o custo  
102 por unidade seria de 145 mil reais e, considerando que não será necessário  
103 infraestrutura, o preço cairá para 125 mil. Demonstrou o projeto para a transformação do  
104 prédio, que terá moradias de 28 e 30 metros quadrados (denominados estúdios). Os  
105 imóveis de 30 metros serão destinados às pessoas com necessidades especiais. Os

106 apartamentos terão um banheiro, sala de estar, um quarto/cozinha dividido por uma  
107 bancada e área de serviço. A faixa lateral, onde tem maior insolação, serão instaladas  
108 chapas de alumínio perfuradas, estampando o rosto de Manoel de Barros, com a  
109 finalidade de facilitar a ventilação e a proteção solar. Observou que foram muito  
110 criticados, por transformar o local em moradia de interesse social, beneficiando famílias  
111 com até 3 salários mínimos. Houve o comentário que a administração municipal iria levar  
112 favela, cortiço vertical para o centro da cidade. No entanto, a EMHA tem prioridade em  
113 atender pessoas que ganham 3 salários mínimos e que trabalham no máximo a 2,5km  
114 do prédio em questão, para que possam se deslocar a pé, de bicicleta, mesmo porque  
115 são unidades habitacionais sem vagas para garagem. Após a explanação o **Senhor**  
116 **Gabriel** se coloca a disposição para perguntas. A **Senhora Maria do Carmo** solicita que  
117 seja exposto a faixa de renda, como será trabalhado o aluguel social e qual perfil será  
118 adotado para seleção/composição familiar, e como será a manutenção do local. O  
119 **Conselheiro Aroldo** reportou-se a uma solicitação feita ao Conselho, para obter cotas  
120 para casais jovens, e nesse momento será a oportunidade do município atender a  
121 solicitação. Solicitou, se possível, criar duas ou três tendências dentro desse prédio, para  
122 abranger algumas categorias da população. Sugeriu que o espaço onde seria instalado a  
123 polícia municipal, que fosse criado um “Food Truck”, para que a noite a população  
124 pudesse ter mais uma opção de lazer. **Conselheira Edymar** manifestou-se favorável à  
125 requalificação, repovoação e habitação do centro da cidade. Perguntou para onde vão  
126 os recursos que as famílias irão pagar? Se o financiamento é pelo BID, para o Fundo  
127 Municipal de Habitação ou retorna para o Banco Interamericano de Desenvolvimento?  
128 Argumentou ainda que um imóvel de 28 e 30m<sup>2</sup> é para jovem estudante, jovem casal,  
129 idoso que necessita deslocar para tratamento de saúde. Não é possível dizer que os  
130 imóveis são para as famílias da periferia, portanto, não será habitação de interesse  
131 social. Perguntou também, quais os espaços que serão instalados, além do cultural e  
132 gourmet. Sugeriu instalar a casa dos Conselho, espaço para os Movimentos Sociais,  
133 espaço institucional para debate da sociedade. O **Senhor Gabriel** responde que a EMHA  
134 foi discutir habitação social com o BID, uma vez que os recursos federais tornaram-se  
135 escassos, MCMV faixa I não teria recursos e, precisavam usar criatividade para construir  
136 habitação de interesse social. No entanto, questionaram que Campo Grande não tinha  
137 legislação municipal, Plano Diretor não estava revisado, não tinha política municipal de  
138 habitação. Diante dessa posição do BID, foi necessário trabalhar para regularizar todas  
139 essas questões. Enquanto isso, com recursos próprios foi iniciado o “Programa da  
140 melhor idade”. A EMHA montou um grupo para pesquisas, para tentar mostrar à

141 população que seria viável esse tipo de intervenção na área central. Após dois anos, foi  
142 apresentado ao BID o projeto Campo Grande da melhor idade, projeto do hotel Campo  
143 Grande, todo levantamento de ZEIS, Plano Diretor revisado e aprovado, o adensamento  
144 prioritário e em discussão o Plano Municipal de Habitação de Interesse Social. Com a  
145 regularização dessa documentação, o BID se interessou em investir, e fora dos recursos  
146 do “Reviva Centro”, o BID contratou uma consultoria para auxiliar na montagem de um  
147 Termo de Referência para contratação do Plano Municipal de Habitação, onde será  
148 inserido o Plano de Locação Social. Mesmo com todas essas atividades, ainda será  
149 necessário levantamento da demanda de idosos, estudantes, e quem deseja morar no  
150 centro. Que é necessário estabelecer o perfil dos beneficiários e, que para 2020, já estará  
151 definido. O **Senhor Gabriel** demonstrou preocupação com o fim da gestão do Prefeito  
152 Municipal e diz que desejam deixar o Plano Municipal de Habitação concluído, com as  
153 regras para essas edificações. Relatou que São Paulo, Curitiba, Belém, Fortaleza estão  
154 trabalhando no centro da cidade com faixada ativa, com térreo para comércio e serviços.  
155 Aqui em Campo Grande, o projeto empreendimento para idosos, também terá cinco  
156 salas para aluguel, que custeará o empreendimento. Relatou que esteve em São Paulo  
157 na “**Vila de Pari**”, onde os idosos pagam 10% do salário para aluguel e 35 reais de taxa  
158 de condomínio. A inadimplência é quase zero. Já em outro condomínio, onde o perfil era  
159 para catadores de reciclados, a inadimplência é de 93% e não se consegue realizar a  
160 cobrança. O **Conselheiro Dirceu** manifestou-se favorável a habitação no centro da  
161 cidade. Perguntou se não seria mais vantagem adquirir terreno no centro e construir  
162 habitação com 45 a 50m<sup>2</sup>, uma vez que esse prédio do hotel Campo Grande custará 13  
163 milhões de reais? O **Conselheiro Jorge** perguntou quais as providências para o IPTU  
164 progressivo? O **Conselheiro Aroldo** declarou que se preocupa com a forma da  
165 avaliação e da cobrança do passivo, pois se for aplicado o passivo o preço do imóvel  
166 cairá bastante. Sugeriu que a ABENQUE juntamente com o IAB, participem como  
167 acompanhadores dessa valoração, ou, o Instituto Brasileiro de Perícias e Avaliação  
168 participe desse processo. Que uma estrutura externa mais afim, dá uma credibilidade  
169 muito maior. Que as entidades técnicas de avaliação, ou ligadas ao CAU, CREA ou ao  
170 CRECI, deveriam estar presentes na discussão do quantitativo. O **Senhor Gabriel**  
171 concorda que tem áreas ociosas e, em duas delas acontecerão o chamamento do BID.  
172 Uma área foi adquirida por sete milhões, outra área, que já era do município, passou  
173 para EMHA fazer o chamamento, onde poderá ser construída mais de 800 edificações.  
174 O hotel Campo Grande, foi a oportunidade para executar o projeto edifício ocioso e levar  
175 o projeto para o Ministério. Já haviam vários levantamentos de outras edificações, mas

176 o hotel era perfeito para o recurso. Quando a noticia foi para a midia, deu toda essa  
177 repercursão, e o Prefeito Municipal determinou que esse processo só deverá prosperar  
178 após esgotar toda e qualquer discussão necessária com a sociedade. Sobre o IPTU  
179 progressivo, o **Senhor Gabriel** declara que a EMHA não fez nenhuma negociação com  
180 a familia, que o valor é estimado, baseado em uma avaliação realizada em outra  
181 oportunidade e o valor da obra também é estimado, que inclusive, na obra uma boa  
182 porcentagem são placas foto voltaicas em todo telhado para minimizar a conta de energia.  
183 Foi uma estimativa para o Ministério e a justificativa foi que é um prédio ocioso a 18 anos,  
184 nenhum empresário se propos a negociar e, se o poder municipal não se manifestar,  
185 nunca a população de baixa renda terá acesso e menciona que não tem o valor do débito  
186 do IPTU. A **Senhora Maria do Carmo** se manifestou falando que com certeza o IPTU  
187 atrasado será descontado no ato da compra. Que a EMHA deveria verificar esse valor  
188 para ajudar na viabilidade. Que é algo a favor do projeto, para verificar realmente quanto  
189 vai custar a desapropriação, com o desconto do IPTU atrasado. O **Senhor Gabriel**  
190 reforçou que o valor apresentado é uma estimativa baseada num valor apresentado anos  
191 atrás. A **Senhora Maria do Carmo** afirmou que o valor real será definido pela junta de  
192 avaliação do municipio. O que foi apresentado no ministério foi um escopo. Quem vai  
193 definir o valor mesmo é a junta de avaliação. Se a familia não concordar, terão que brigar  
194 judicialmente. O **Senhor Gabriel** declara que não era possivel ter despesas e, perder  
195 horas para apresentar a proposta. A estimativa já era suficeinte para o projeto ser  
196 aprovado ou não. Que após ser definido todo o projeto, aí sim, será discutido valor da  
197 desapropriação e do IPTU pendente. A **Senhora Maria do Carmo** afirmou seu apoio ao  
198 projeto, mesmo sendo comparado valores desse projeto com valores de projetos de  
199 unidades habitacionais. Afirma que é necessário avaliar o contexto, que não existe  
200 revitalização sem moradia. Relatou que na semana anterior, foi para Alemanha  
201 representando a ABC numa missão brasileira que tratava de eficiencia energética com  
202 governo alemão e, o Congresso de Desenvolvimento Urbano Sustentável. Em uma das  
203 cidades visitadas, Stuttgart, a Prefeitura pagou o convite para visita a uma empresa  
204 alemã, que tem parceria com o Brasil, contratou uma tradutora, e foram percorrer todo  
205 o centro da cidade. Eles foram relatando todas as obras executadas numa área que era  
206 totalmente degradada. Eles agregaram comércio e moradia ao longo de 30 anos, e tem  
207 obras recentes. Se nós não conseguirmos trabalhar área central com habitação, não há  
208 programa que mantenha o comércio em pé. Muitas vezes, o olhar não é só pro custo, é  
209 o contexto de um todo, é infraestrutura, segurança e consequentemente haverá  
210 mudança de comportamento e reflexos positivos, como aquecimento do comércio. Que

211 necessitamos de uma centralidade. Que os conjuntos habitacionais não estão em áreas  
212 periférias, estão em áreas absolutamente adensadas. Que estão fora do centro da  
213 cidade, mas não são áreas periféricas, e, o importante é que elas tem outras  
214 centralidades. Considerou o Hotel Campo Grande além de realmente ser parte integrante  
215 da revitalização do centro, se tornar uma centralidade, um exemplo. Relatou ainda, que  
216 na Alemanha, foram visitar uma área que tinha tanques de combustível. Eram duas faixas  
217 com tanques enormes de combustíveis, que o solo foram descontaminados, construíram  
218 conjuntos de apartamentos espetaculares, misturaram alta renda, com média renda e,  
219 renda de habitação de interesse social. Parte dos apartamentos foram vendidos, parte  
220 ficou para aluguel social. Observou que 95% dos imóveis da Companhia de Habitação  
221 são alugados. Eles tem um conceito de que o importante é o aluguel, para não perderem  
222 a propriedade e não perder o interesse em trabalhar na parte de interesse social. Que  
223 eles não tem a fragilidade que temos no Brasil. Construíram ainda parques, recuperaram  
224 rio, estão descontaminando subsolo sem nenhum risco para as famílias, e o próprio  
225 arquiteto que foi o mentor do programa, foi apresentar o projeto. Ficou impressionada  
226 com a coragem desse profissional em carregar uma bandeira. Que viu uma foto de 5  
227 anos atrás, e hoje tem famílias, parque, comércio. Relatou que ainda tem uma área para  
228 construir um prédio. Diante do que presenciou na visita, crê que o projeto do hotel Campo  
229 Grande, mesmo as unidades sendo de maior valor, tem outros ganhos e, ainda  
230 demonstra que é possível. Se o primeiro deu certo, os outros também darão. O **Senhor**  
231 **Gabriel** expressou que mesmo que esse projeto não dê certo, futuramente teremos  
232 outras intervenções menores e que também terá a necessidade dessas discussões. O  
233 **Conselheiro Dirceu** citou que talvez a contribuição mais importante desse projeto, seja  
234 ter levantado essa questão, por ser um prédio tão emblemático. As redes sociais estão  
235 bombando, discutindo com enormes preconceitos. Para a sociedade de Campo Grande  
236 é super novidade. E essa discussão com a sociedade favorece os próximos projetos que  
237 virão com muito mais tranquilidade. O **Conselheiro Claudio** perguntou como está a base  
238 atual do projeto e estudos e, quais os próximos passos. O **Senhor Gabriel** respondeu  
239 que na semana anterior houve um embate acalorado com a CDL, onde ficou pactuado  
240 que será feito um 360 da habitação, levando um óculos de realidade virtual para  
241 demonstrar que o projeto é viável. Informou que dia 16 de outubro terá reunião com o  
242 CMDU (Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano). O **Conselheiro Claudio**  
243 perguntou ainda se não há possibilidade de diminuir o custo e aumentar o número de  
244 unidades. O **Senhor Gabriel** respondeu que estimou 117 unidades em virtude de que  
245 haverá habitações para pessoas com necessidades especiais. Que ainda há a

246 necessidade do projeto do Corpo de Bombeiros, e alguns outros detalhes para realmente  
247 ter o valor exato do custo da obra. Não houve mais nenhum questionamento e o **Senhor**  
248 **Gabriel** agradeceu a oportunidade e colocou-se a disposição na EMHA para quaisquer  
249 outros questionamentos. A **Conselheira Edymar** manifestou-se, solicitando participação  
250 dos membros do Conselho na reunião com a Empresa de Consultoria, porque se ela vai  
251 vir para traçar perfil, e está disposta a ouvir e acolher informação da sociedade, seria  
252 muito interessante que houvesse a participação dos Membros do CEC. A **Senhora Maria**  
253 **do Carmo** se dispôs a encaminhar ofício à EMHA solicitando que os membros do  
254 Conselho participem dessas reuniões e debates. A **Conselheira Vera** explica que terão  
255 duas Consultorias: uma consultoria financeira e a consultoria da política e do plano de  
256 habitação. A **Conselheira Edymar** endossou as palavras do Conselheiro Aroldo, sobre  
257 a presença de representantes do CREA/CAU e até mesmo um representante do CRECI,  
258 para acompanhar a consultoria financeira e os Movimentos Sociais participarem da  
259 Consultoria da política e do plano de habitação, para verificar o perfil, enquadramento e  
260 os componentes, que irão fazer parte dessa requalificação do centro na questão da  
261 moradia e dos outros equipamentos também. Prosseguindo a **Senhora Maria do Carmo**  
262 pergunta se alguém tem sugestão de pauta. A **Conselheira Vera** propõe apresentar o  
263 “**Programa Praça no Bairro**”. É um programa que tem condições de ser replicado em  
264 municípios do interior do estado. **Conselheiro Aroldo** propõe a apresentação de um  
265 trabalho do estado sobre acessibilidade do qual a primeira dama é a Coordenadora. A  
266 **Senhora Maria do Carmo** considerou que no mês de outubro haverá também a reunião  
267 do FEHIS e, que seria mais conveniente que ficasse para o mês de novembro. Que  
268 confirmaremos na reunião do mês de outubro. Nada mais a ser tratado, a **Senhora Maria**  
269 **do Carmo** encerrou a reunião às 16 horas. Ata redigida por **Tânia Marques** e revisada  
270 por **César Magalhães**.